	NORMA			Pág. 1 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09


REGISTOS, AUTORIZAÇÕES, LICENÇAS E CONCESSÕES

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO (entidades externas e confidencialidade)

ESTADO DAS REVISÕES:


Revisão:	Data:	Descrição:
0	2004.11.22	Criação.
1	2007.10.03	Adoção do modelo de impresso atualizado, adequação do código do documento à atual metodologia, introdução do ponto 4 do Artigo 12.º e outras melhorias no texto.
2	2008.04.11	Adequação à prática atual. Alteração devido à entrada em produção da JUP – Janela Única Portuária.
3	2014.01.09	Adaptação ao novo RI01R0E2 e revisão geral.

DCA		CA	
Fernanda Albino		João Franco	
ELABORAÇÃO		APROVAÇÃO	

	NORMA			Pág. 2 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09
Registos, Autorizações, Licenças e Concessões				

ÍNDICE

SECÇÃO 1 Enquadramento e disposições gerais	3
Artigo 1.º Enquadramento legal.....	3
Artigo 2.º Definições	3
Artigo 3.º Ordenamento e áreas comuns	3
Artigo 4.º Tarifários.....	4
Artigo 5.º Taxa.....	5
Artigo 6.º Seguros e cações	5
SECÇÃO 2 Registos	5
Artigo 7.º Objeto e Âmbito	5
Artigo 8.º Atividade de agente de navegação.....	5
SECÇÃO 3 Autorizações	6
Artigo 9.º Objeto e Âmbito	6
SECÇÃO 4 Licenças e Concessões	7
Artigo 10.º Atribuição e acompanhamento	7
Artigo 11.º Estabelecimento	7
Artigo 12.º Manutenção e conservação.....	7
Artigo 13.º Regulamentos de exploração, ambiente e segurança	8
SECÇÃO 5 Licenças	8
Artigo 14.º Tipos de licenças	8
Artigo 15.º Licenças de atividade	8
Artigo 16.º Licenças de uso privativo.....	9
SECÇÃO 6 Concessões	9
Artigo 17.º Tipos de concessões	9
Artigo 18.º Concessões de uso privativo	10
Artigo 19.º Concessões de serviços portuários	11
SECÇÃO 7 Infrações	11
Artigo 20.º Objeto e âmbito	11

	NORMA			Pág. 3 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09
Registos, Autorizações, Licenças e Concessões				

SECÇÃO 1

Enquadramento e disposições gerais

Artigo 1.º **Enquadramento legal**


- 1- A Autoridade Portuária (AP), nos termos da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de novembro, tem responsabilidade e competência, na salvaguarda do interesse portuário, para, na área portuária, atribuir ou transferir para a iniciativa privada a prestação de serviços portuários, regular o uso das diferentes parcelas, quer seja pela forma de registo, autorização, licença, concessão ou de qualquer outro contrato aplicável, bem como para a execução de todos os atos que se lhe encontrem associados.
- 2- É da competência da AP a promoção da celebração, modificação e extinção desses contratos, exercendo uma ação fiscalizadora sobre as diversas vertentes de exploração e de uso do porto, em funções de supervisão e da sua promoção global.
- 3- A fiscalização do uso das diferentes parcelas e das atividades exercidas na área portuária será exercida pela AP, ou por entidade por ela designada para o efeito, sem prejuízo da intervenção de outras entidades legalmente reconhecidas.

Artigo 2.º **Definições**

Para efeitos do disposto na presente norma, são aplicáveis as definições constantes no artigo 4.º do “Regulamento de exploração, ambiente e segurança do porto de Sines”.

Artigo 3.º **Ordenamento e áreas comuns**


- 1- Os limites físicos das parcelas atribuídas e das áreas de exploração das atividades exercidas na área portuária são definidos pela AP, em conformidade com os planos de ordenamento da sua área de jurisdição.
- 2- Quando aplicável e sem prejuízo de outros direitos de passagem a favor da AP ou de terceiros, os titulares das parcelas atribuídas são obrigados a facultar o acesso às parcelas afetas a outras autorizações, licenças e concessões, sempre que tal se mostre necessário, o que será definido pela AP.
- 3- As áreas comuns que sirvam mais de um utilizador, incluindo esteiras e caleiras técnicas, são geridas pela AP, em termos de atribuição de espaço, utilização e manutenção e segurança da infra-estrutura, que poderá aplicar taxas em função da área ocupada ou utilizada pelos diferentes utilizadores.

	NORMA			Pág. 4 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09
Registos, Autorizações, Licenças e Concessões				

Artigo 4.º

Tarifários

- 1- As entidades que exercem atividades no porto, de acordo com a legislação específica ou com o previsto nos respetivos títulos, sujeitarão a aprovação da AP a proposta das tarifas máximas a aplicar pelos serviços prestados.
- 2- A AP analisará a proposta e decidirá da sua aprovação, sendo que só poderá entrar em vigor após a AP notificar os interessados da respetiva aprovação, o que deverá acontecer no prazo máximo de trinta dias de calendário, a contar da data de entrada da proposta na APS.
- 3- A falta de resposta no prazo indicado no número anterior confere à proponente a faculdade de presumir deferida a sua proposta.
- 4- Na fixação e na actualização das tarifas nos casos em que a legislação específica ou os respetivos títulos não definam expressamente métodos para o efeito, o valor das taxas deverá traduzir a evolução da estrutura de custos das respectivas entidades, tendo em conta os custos totais inerentes à disponibilidade e ao uso dos meios operacionais e humanos integrados nas unidades operacionais, o índice de preços no consumidor e os valores de referência de tarifários praticados em portos estrangeiros; não obstante, os interesses gerais do porto, o equilíbrio económico da exploração e os princípios básicos em vigor nos portos nacionais deverão ser sempre tomados em conta.
- 5- Como regra geral, o valor das taxas será atualizado anualmente, a 1 de janeiro de cada ano, por aplicação da variação média dos últimos doze meses, referenciada a outubro do ano anterior, do Índice de Preços no Consumidor no Continente, sem habitação, publicado pelo INE, ou outro que venha a substituí-lo.
- 6- Sempre que a legislação em vigor e os termos contratualmente definidos o permitam, os interessados poderão, excecionalmente e mediante devida justificação, proceder a atualizações intercalares de taxas já aprovadas ou propor a aprovação de novas taxas, aplicando-se os mesmos princípios que regem a aprovação, atualização e divulgação das propostas de tarifários para vigorar no ano seguinte.
- 7- Os tarifários das entidades que exercem atividades no porto, aprovados pela AP, deverão ser divulgados no prazo mínimo de um mês antes da sua entrada em vigor.
- 8- A divulgação dos tarifários estará a cargo da AP e das respetivas entidades, para o que deverão utilizar os meios considerados apropriados, nomeadamente na página do porto de Sines na *Internet*.
- 9- Os tarifários das empresas prestadoras de serviços públicos portuários deverão ser vistos à luz do Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente.

	NORMA			Pág. 5 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09
Registos, Autorizações, Licenças e Concessões				

Artigo 5.º

Taxa

- 1- A taxa a pagar pelas empresas titulares de autorizações, licenças ou concessões será devida pelo direito de exercer a atividade em causa ou pela utilização dos bens dominiais e instalações afetas, tendo em conta a finalidade a que se destinam.
- 2- A taxa terá sempre uma componente fixa, podendo apresentar, cumulativamente, uma componente variável.
- 3- A componente variável deverá ser adotada como instrumento de partilha de risco entre a AP e as empresas titulares.
- 4- Como regra geral, o valor da componente fixa será atualizado anualmente, a 1 de janeiro de cada ano, por aplicação da variação média dos últimos doze meses, referenciada a outubro do ano anterior, do Índice de Preços no Consumidor no Continente, sem habitação, publicado pelo INE, ou outro que venha a substituí-lo.

Artigo 6.º

Seguros e cauções

- 1- A AP poderá exigir, às empresas titulares de registos, autorizações, licenças ou concessões, a subscrição de seguros, sempre que se verifiquem riscos para a AP ou para terceiros decorrentes do objeto dos respetivos títulos.
- 2- As empresas titulares de licenças ou concessões deverão prestar caução para garantia dos pagamentos à AP que decorrem dos próprios contratos.
- 3- As cauções deverão ser sempre incondicionais e à primeira solicitação da AP.

SECÇÃO 2

Registos

Artigo 7.º


Objeto e Âmbito

O registo é atribuído pela AP para as atividades portuárias cuja prossecução não carece de autorização ou licenciamento por parte das AP, nos termos da lei, bastando que a entidade que as pretende realizar efetue o competente registo junto da AP ou de outra entidade legalmente estabelecida, como é o caso da atividade de agente de navegação.

Artigo 8.º

Atividade de agente de navegação

- 1- A atividade de agente de navegação é regulada pelo Decreto-Lei n.º 264/2012, de 20 de dezembro.

	NORMA			Pág. 6 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09
Registos, Autorizações, Licenças e Concessões				

- 2- As entidades que pretendam exercer a atividade de agente de navegação no Porto de Sines terão de satisfazer, cumulativamente, as seguintes condições:
- a) Certidão ou documento equivalente comprovativo da inscrição no IMT/IPTM;
 - b) Dispor, no concelho de Sines ou em local até 25 km do porto, dos meios necessários, designadamente instalações, equipamento e pessoal permanente com qualificações técnicas adequadas ao exercício da atividade;
 - c) Informação da atividade desenvolvida ou a desenvolver, incluindo previsões de atividade no porto;
 - d) Estar ligado à aplicação informática JUP – Janela Única Portuária e possuir a correspondente certificação como utilizador do sistema;
 - e) Identificar as especificações técnicas a utilizar no acesso à JUP – Janela Única Portuária;
 - f) Prestar, a favor da autoridade portuária, uma caução em numerário, seguro, garantia bancária ou outra forma equivalente.


SECÇÃO 3

Autorizações

Artigo 9.º

Objeto e Âmbito

- 1- O exercício de atividades na área portuária não sujeitas a registo nem a licenciamento por parte da AP carece de autorização expressa desta, a emitir mediante requerimento fundamentado e justificado, acompanhado de documento comprovativo da atividade exercida e/ou a exercer.
- 2- Inclui-se neste tipo de atividades, nomeadamente:
 - a) Investigação e desenvolvimento;
 - b) Culturais, desportivas e recreativas;
 - c) Serviços de agenciamento de cargas ou de transitário;
 - d) Serviço de superintendência ou de perícia.
- 3- A emissão da autorização poderá ou não ser objeto de contrapartida financeira, a definir caso a caso.
- 4- A autorização definirá as regras e procedimentos a cumprir para o exercício da respetiva atividade.

	NORMA			Pág. 7 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09
Registos, Autorizações, Licenças e Concessões				

SECÇÃO 4

Licenças e Concessões

Artigo 10.º

Atribuição e acompanhamento

- 1- A atribuição de licenças e concessões poderá ser efetuada através de procedimento competitivo, aberto pela AP, ou a solicitação de entidade interessada, consoante a utilização do espaço e da atividade a desenvolver.
- 2- As principais condições das licenças e concessões decorrerão dos respetivos clausulados, das plantas de localização e delimitação aí anexadas, e da demais legislação e regulamentos aplicáveis.
- 3- Para cada licença e concessão será elaborado um Plano da Qualidade (PQ), conforme previsto no sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança da APS, o qual é efectuado e aprovado pela APS, mas tendo em conta os contributos da concessionária ou licenciada.

Artigo 11.º

Estabelecimento


O estabelecimento das licenças e concessões poderá ser constituído por:

- a) Bens, equipamentos e sistemas afetos em regime de compra e venda;
- b) Obras e bens de equipamento que venham a ser realizados e implantados pelas empresas titulares;
- c) Infraestruturas terrestres, em regime de cedência com manutenção total:
 - i) Terraplenos da área de concessão;
 - ii) Rodovias de acesso, triagem e circulação, sem prejuízo do direito de passagem;
 - iii) Edifícios e outras estruturas;
 - iv) Sistemas de retenção e redes de drenagem de águas pluviais, residuais e poluídas;
 - v) Redes de energia, comunicações, água, gás ou outras;
- d) Utilização das infraestruturas marítimas.

Artigo 12.º

Manutenção e conservação

- 1- A manutenção e conservação do estabelecimento afeto às licenças e concessões é da responsabilidade das respectivas titulares, que o deverão manter em bom estado de conservação, realizando por sua conta todos os trabalhos necessários à satisfação regular e contínua do fim a que se destina.

	NORMA			Pág. 8 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09
Registos, Autorizações, Licenças e Concessões				

- 2- As empresas titulares de licenças e concessões deverão dispôr de planos de manutenção preventiva e de manutenção correctiva que garantam a normal operacionalidade do respetivo estabelecimento e deles darão conhecimento à AP sempre que solicitado.
- 3- As empresas titulares de licenças e concessões darão, de imediato, conhecimento à AP da inoperacionalidade de qualquer equipamento que ponha em causa a sua normal operacionalidade ou segurança.

Artigo 13.º

Regulamentos de exploração, ambiente e segurança

- 1- Dependendo da finalidade a que se destinam as licenças e concessões, a AP poderá requerer que as empresas titulares elaborem os seus próprios regulamentos de exploração, ambiente e segurança, os quais carecem de aprovação da AP.
- 2- Sempre que requeridos e sem prejuízo da aplicação de estruturas-tipo prescritas por legislação aplicável à atividade exercida e/ou a exercer, os regulamentos de exploração, ambiente e segurança das empresas titulares de licenças e concessões devem compreender quer a descrição das instalações, quer a generalidade dos procedimentos conexos com as atividades a desenvolver, nomeadamente em termos de operações, manutenção, segurança, ambiente e plano de emergência.

SECÇÃO 5

Licenças

Artigo 14.º

Tipos de licenças


A AP atribui dois tipos de licenças:

- a) Licenças de atividade;
- b) Licenças de uso privativo.

Artigo 15.º

Licenças de atividade

- 1- A AP atribui licenças de atividade para regulamentar a prestação de alguns serviços na área portuária assentes numa concorrência efetiva ou potencial, aos quais se aplicam regras gerais bem definidas e adaptadas a cada tipo de atividade.
- 2- Inclui-se neste tipo de atividades, nomeadamente:
 - a) Fornecimento de bancas por meios móveis marítimos ou terrestres;
 - b) Serviço de abastecimentos a navios;
 - c) Recolha de resíduos;

	NORMA			Pág. 9 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09
Registos, Autorizações, Licenças e Concessões				

- d) Serviço de amarração, à exceção da prestação do serviço a navios que carreguem, descarreguem ou transportem mercadorias perigosas a granel;
 - e) Serviço de reboque, à exceção da prestação do serviço a navios que carreguem, descarreguem ou transportem mercadorias perigosas a granel;
 - f) Transporte de pessoas e materiais.
- 3- O licenciamento poderá ser efetuado através de procedimento competitivo, aberto pela AP, ou a solicitação de entidade interessada, consoante as características da atividade a desenvolver.
 - 4- As condições técnicas, operacionais e financeiras das licenças a emitir serão de acordo com o previsto nos pré-requisitos fixados pela AP ou outras, a definir caso a caso.
 - 5- A AP atribuirá a licença após a verificação do cumprimento de todos os requisitos, sendo devida a respetiva taxa.
 - 6- Para cada licença será elaborado um Plano da Qualidade (PQ), conforme previsto no sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança da APS, o qual é efectuado e aprovado pela APS, mas tendo em conta os contributos da licenciada.

Artigo 16.º

Licenças de uso privativo

- 1- A AP atribui licenças de uso privativo para regulamentar o uso de diversas parcelas por terceiros, para nelas serem exercidas atividades de carácter privado e de âmbito portuário em conformidade com o plano de ordenamento portuário.
- 2- Quando existentes, as infraestruturas, superestruturas, equipamentos e outros bens a afetar aos licenciamentos serão cedidos às empresas licenciadas, em regime de manutenção total.
- 3- Qualquer alteração às infraestruturas, superestruturas, equipamentos e outros bens cedidos às empresas licenciadas carece de acordo prévio da AP.
- 4- Decorrido o prazo dos licenciamentos e salvo se não estiver definido de forma diferente nas respetivas licenças, as infraestruturas, superestruturas, equipamentos e outros bens afetos àquelas reverterem para a AP gratuitamente, livres de encargos e em bom estado de conservação, funcionamento e segurança.


SECÇÃO 6

Concessões

Artigo 17.º

Tipos de concessões

A AP atribui dois tipos de concessões:


	NORMA			Pág. 10 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09
Registos, Autorizações, Licenças e Concessões				

- a) Concessões de uso privativo;
- b) Concessões de serviços portuários.

Artigo 18.º

Concessões de uso privativo

- 1- A AP atribuirá concessões de uso privativo para regulamentar o uso das diversas parcelas por terceiros, para nelas serem exercidas atividades de carácter privado e de âmbito portuário em conformidade com o plano de ordenamento portuário.
- 2- Quando aplicável, serão da responsabilidade da concessionária os investimentos com as infraestruturas, superestruturas, equipamentos e outros bens, conforme previsto no processo de concurso ou acordado em sede de negociação.
- 3- Quando existentes, os equipamentos e outros bens a afetar às concessões de uso privativo devem ser adquiridos pelas entidades concessionárias, sendo aplicável o regime de compra e venda, com o pagamento a realizar conforme previsto no processo de concurso ou acordado em sede de negociação, e baseado em avaliação patrimonial realizada para o efeito.
- 4- Quando existentes, as superestruturas a afetar às concessões serão cedidas às empresas concessionárias, em regime de manutenção total.
- 5- A concessionária deve elaborar e manter permanentemente atualizada a lista das infraestruturas, superestruturas, equipamentos e outros bens afetos à concessão.
- 6- Qualquer alteração às infraestruturas, superestruturas, equipamentos e outros bens afetos à concessão carece de acordo prévio da AP e não poderá implicar alteração do equilíbrio económico ou diminuição da capacidade operacional.
- 7- Decorrido o prazo das concessões e salvo se não estiver definido de forma diferente nos respetivos contratos, as infraestruturas, superestruturas, equipamentos e outros bens afetos àquelas reverterem para a AP gratuitamente, livres de encargos e em bom estado de conservação, funcionamento e segurança, sem prejuízo de que a AP adquira os de substituição ou de atualização tecnológica adquiridos ou realizados pelas empresas concessionárias, mediante os valores contabilísticos atualizados, líquidos de amortizações, nas seguintes situações:
 - a) Realizados nos últimos 5 anos de vigência dos contratos, mediante aprovação expressa da AP, se tiverem um prazo superior a 15 anos;
 - b) Realizados nos últimos 2,5 anos de vigência dos contratos, mediante aprovação expressa da AP, se tiverem um prazo inferior a 15 anos.

	NORMA			Pág. 11 de 11
	NO003R3	GEPR	PÚBLICO	2014.01.09
Registos, Autorizações, Licenças e Concessões				

Artigo 19.º

Concessões de serviços portuários

- 1- A AP poderá concessionar a prestação de serviços portuários, em regime de serviço público, com ou sem exclusividade e com ou sem afetação de área dominial, baseados na definição de unidades de negócio.
- 2- Sem prejuízo do cumprimento da legislação e regulamentos aplicáveis, as concessões de serviços portuários reger-se-ão pelas disposições que regulam as concessões de uso privativo, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo anterior.

SECÇÃO 7

Infrações

Artigo 20.º

Objeto e âmbito

O não cumprimento do disposto na presente norma, onde aplicável, constitui contraordenação, punível com coima, ao abrigo do disposto no “Regulamento de exploração, ambiente e segurança do porto de Sines”.